

# QUAL A COR DA DOCÊNCIA EM JORNALISMO?: UM MAPEAMENTO DO PERFIL DAS PROFESSORAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

WHAT IS THE COLOR OF JOURNALISM TEACHING? MAPPING THE PROFILE OF FEMALE TEACHERS IN THE BRAZILIAN AMAZON

JANAINA LOPES DE AMORIM<sup>1</sup>

THAISA BUENO<sup>2</sup>

ROSALY BRITO<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla que investiga a experiência de mulheres racializadas que atuam na docência em jornalismo na Região Amazônica do Brasil. A proposta central é destacar a importância de um projeto feminista de ciência que evidencie a experiência histórica e cultural, assim como os saberes das mulheres das margens (Rago, 2019), reconhecendo suas vivências e o que elas tematizam (França, 2006). O objetivo deste estudo é identificar o perfil das interlocutoras e analisar os dados socioeconômicos. Essa etapa vai oferecer uma contextualização essencial para a interpretação das experiências das mulheres pesquisadas, que será realizada em um segundo momento. Para a coleta de informações, foram aplicados questionários eletrônicos via Google Forms, com a participação de 47 interlocutoras, de um total de 83 mulheres que compõem o universo da pesquisa. O levantamento inicial revela dados importantes, como a presença majoritária de mulheres racializadas no campo da docência em jornalismo na Região Amazônica, evidenciando sua representatividade neste setor profissional. A pesquisa destaca a urgência de se pensar em um projeto feminista de ciência que não só reconheça, mas também valorize as experiências e os saberes culturais e históricos das mulheres racializadas, proporcionando uma análise mais completa, precisa e sensível de suas vivências.

**Palavras-chave:** mulheres racializadas, docência, jornalismo.

## ABSTRACT

*This article is part of a broader research that investigates the experience of racialized women who teach journalism in the Amazon region of Brazil. The central proposal is to highlight the importance of a feminist science project that highlights the historical and cultural experience, as well as the knowledge of women on the margins (Rago, 2019),*

- 1 Doutoranda em Ciências da Comunicação (PPGCOM/UFPA). Mestra em Comunicação (PPGCOM/UFMA). Especialista em Assessoria de Comunicação Empresarial e Institucional (UFMA) e em Educação, Comunicação, Tecnologia em Interfaces Digitais (Estácio). Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa (UEMASUL) e em Comunicação Social/ Jornalismo (UFMA). Vencedora da 16ª edição do Prêmio Mulheres Cientistas do Maranhão da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), categoria dissertação de Mestrado. E-mail: jannaina.amorim@gmail.com
- 2 Professora associada do curso de graduação em Jornalismo na UFMA de Imperatriz e docente permanente no Programa de Pós-graduação (Mestrado em Comunicação) na mesma instituição. Jornalista formada pela UFMS, possui doutorado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2015) e Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2007). Bolsista Fapema Produtividade. Email: thaisa.bueno@ufma.br
- 3 Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (Ppgcom/UFPA) e da Faculdade de Comunicação (Facom/UFPA). É uma das coordenadoras do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia. E-mail: rosaly@ufpa.br

*recognizing their experiences and what they thematize (França, 2006). The objective of this study is to identify the profile of the interlocutors and analyze socioeconomic data. This stage will offer an essential contextualization for the interpretation of the experiences of the women researched, which will be carried out in a second stage. To collect information, electronic questionnaires were administered via Google Forms, with the participation of 47 interlocutors, from a total of 83 women who make up the research universe. The initial survey reveals important data, such as the majority presence of racialized women in the field of journalism teaching in the Amazon Region, highlighting their representation in this professional sector. The research highlights the urgency of thinking about a feminist science project that not only recognizes, but also values the experiences and cultural and historical knowledge of racialized women, providing a more complete, precise and sensitive analysis of their experiences.*

**Keywords:** racialized women, teaching, journalism.

## Introdução

Este artigo trata do perfil das mulheres racializadas que atuam na docência em jornalismo na Amazônia Oriental Brasileira. Ele integra uma pesquisa mais ampla que visa se debruçar sobre as suas experiências no exercício da docência e, nessa fase de levantamento, a proposta é conhecer melhor o contexto em que são produzidas as opiniões das sujeitas. Por isso, o objetivo deste artigo é identificar o perfil das interlocutoras e analisar seus dados socioeconômicos.

Entender esse universo é importante porque as mulheres constituem mais da metade (57,8%) da força de trabalho no jornalismo brasileiro. Dentre elas, há franco predomínio de pessoas brancas (67,8%), seguidas de pardas (20,6%). As jornalistas autodeclaradas pretas, em contraponto, são minoria (9,3%), assim como as indígenas (4%) e amarelas (1,3%). Os dados são do Perfil do Jornalista Brasileiro<sup>4</sup>. Nesse universo de atuação profissional no mercado de trabalho em jornalismo, conforme dados da pesquisa, somente 7,4% atuam na docência, sendo a maioria (88%) vinculada a cursos de Jornalismo ou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. O relatório não traz dados sobre a diferença de gênero ou raça na docência em jornalismo, especificamente, mas oferece apontamentos importantes para que se possa inferir algumas configurações sobre o campo de atuação das mulheres nessa área.

A Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), o principal evento desta temática no Brasil e referência também na participação de pesquisadores e profissionais de outros países latino-americanos, divulgou em 2023 um balanço sobre a participação dos encontros nacionais de pesquisa organizados por ela e apontou que 60% dos participantes têm sido mulheres, sendo que elas são responsáveis por coordenar 20 dos 33 Grupos de Pesquisa, o que mostra que as pesquisadoras não só têm ocupado amplamente o espaço acadêmico, como também estão em lugares de protagonismo. Ao longo das últimas duas décadas, a participação de pesquisadoras em publicações científicas no Brasil aumentou de 38% para 49%. Com isso, o país ocupa a terceira posição entre os locais com maior presença feminina na ciência, em uma lista que inclui 18 países e a União Europeia. Essas informações são destacadas no relatório "Em direção à equidade de gênero na pesquisa no Brasil", da Elsevier-Bori de 2024.

4 LIMA, Samuel Pantoja et al. *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. 1 ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

Apesar de as mulheres representarem a maioria do corpo docente no ensino superior brasileiro há vários anos, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e de alcançarem o maior número de títulos de doutorado, elas continuam sendo minoria no quadro docente. Dados de 2006 e 2016, mostram que a participação feminina entre os professores cresceu apenas 1%, passando de 44,5% para 45,5%, conforme levantamento do professor Renato Pedrosa, coordenador do Laboratório de Estudos sobre Educação Superior (LEES) e docente da Unicamp.

E apesar de não termos um levantamento que discuta, de forma atualizada e qualitativamente a inserção da mulher na docência do Ensino Superior como um todo no país, uma pesquisa que ajuda a entender esse universo foi conduzida por Alvarenga, Silva e Wenez (2022) e analisou a representatividade feminina no trabalho docente no Ensino Superior, com um foco específico na Universidade Federal do Espírito Santo. O artigo conclui que, apesar dos avanços na participação feminina no Ensino Superior, ainda persistem desigualdades significativas tanto no espaço social quanto no acadêmico-científico. Como apontam os autores, embora haja um aumento na presença feminina, essa participação continua sendo sub-representada em altos órgãos de direção, como pró-reitorias, coordenações de centros de ensino, e Conselhos universitários e de cursos de pós-graduação. Além disso, a pesquisa indica que, apesar do crescimento, a distribuição feminina nas áreas de formação ainda é desigual, com as mulheres predominando em cursos tradicionalmente feminizados e perpetuando estereótipos de gênero.

Quando olhamos para a área da Comunicação, há ainda menos estudos voltados a entender as mulheres e sua atuação na docência, em especial as racializadas, segundo levantamento exploratório realizado para este artigo sobre as produções envolvendo a atuação das mulheres professoras no Ensino Superior no jornalismo, tendo como foco as abordagens e metodologias. A busca foi guiada por três conjuntos de palavras-chave: “Docência; Jornalismo; Gênero” e “Docência; Mulheres; Jornalismo”; “Mulheres, Ensino Superior, Jornalismo” realizadas nas plataformas da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Scielo e no Google Acadêmico. O recorte temporal foi de 2009 a 2023. Isso porque corresponde ao período em que as pesquisas que relacionam gênero e comunicação ganham fôlego, motivadas pela amplitude que o gênero assume como categoria analítica nas pesquisas da área desde a primeira década deste século (Tavares, Massuchin, Sousa, Silva, 2021). Na comunicação, apenas duas produções científicas foram encontradas, uma trata da narrativa das mulheres, tanto na docência quanto no mercado, e a outra do que as mulheres produzem na carreira acadêmica. Nenhuma das pesquisas mapeadas na área da comunicação trata das questões interseccionais, como as de raça, etnia ou território quando analisa o universo da docência.

A escassez de publicações aponta para a necessidade de ampliar as discussões sobre gênero e raça, dando mais visibilidade ao protagonismo feminino das mulheres negras, pardas e indígenas que atuam no ensino superior no Jornalismo que, por sua vez, é uma área fundamental para o funcionamento pleno da democracia. Demonstra, ainda, a importância da realização de estudos como este, que busca compreender os atravessamentos ou interações entre as múltiplas formas de subalternização de mulheres como de raça, gênero, etnia, território e classe (Gonzalez, 1984; Davis, 2016; Crenshaw, 1991; Collins, Bilge, 2020), por meio de um levantamento socioeconômico das professoras que atuam na docência no jornalismo na Amazônia Oriental.

Para reunir os dados deste artigo, foram enviados formulários eletrônicos às 83 professoras que integram o quadro de docentes em jornalismo na região, destas 47 participaram das pesquisas, entre brancas, negras e ascendentes de indígenas. Das 47 respostas, 26 não se consideram brancas, número que revela a importância de entender melhor a realidade de mulheres racializadas neste campo de atuação.

## Referencial teórico

São conceitos centrais para analisar as experiências das mulheres racializadas no ambiente acadêmico e suas interseções com as estruturas de poder a ideia de gênero, raça e divisão sexual do trabalho. Isso porque gênero, como um sistema de relações sociais construído culturalmente, reflete fatores históricos, sociais e políticos (Scott, 1995). Raça também é uma construção que remonta ao período colonial, criada para justificar a exploração e subjugação de povos com base em características fenotípicas e territoriais, impulsionando as relações de dominação e opressão.

Tanto a ideia de raça quanto a de gênero influenciam a organização das hierarquias e papéis sociais, relegando a muitos grupos a posições de inferioridade (Souza, 2021; Quijano, 2005). Ambas são marcadores inseparáveis, entrelaçadas e interdependentes, constituindo as realidades das mulheres de maneira única e resultam em experiências singulares e subjetivas (Carrera, 2020). Essa abordagem está no cerne da categoria analítica da interseccionalidade, proposta por Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), que examina como as relações de poder interseccionais moldam as experiências individuais e coletivas em sociedades marcadas por desigualdades estruturais. Esses atravessamentos incidem sobre a percepção que as sujeitas têm de si e do mundo.

Por isso, a importância de reconhecer a subjetividade dos saberes. Donna Haraway (1995) defende a ideia de uma ciência parcial, localizada, em que os saberes são socialmente negociados e construídos por atores sociais, mediado por linguagem e atravessamentos socio-históricos. Reconhecer que o conhecimento é situado é positivo, pois nos permite admitir outras visões além das dominantes e avaliar constantemente as condições e métodos usados para produzir ciência.

## Percurso metodológico

As questões norteadoras dessa investigação foram formuladas de modo a apreenderem como a interseccionalidade incide na vida das interlocutoras, entendendo que, mais que uma teoria, a interseccionalidade se constitui também como um caminho metodológico. A ideia é fundamentar o processo do estudo “para além da diferença, mas para o que fundamenta, a partir da diferença, a opressão” (Carrera, 2020, p. 5), considerando o conceito de roleta interseccional que a autora propõe, como base para a construção de um quadro metodológico no campo da comunicação.

Carrera (2020 p. 12) defende a ideia de roleta interseccional “pensada em prol do direcionamento das perguntas e da análise dos objetos de pesquisa em Comunicação. A vareta gira à procura do atravessamento relevante para o sujeito ou situação pesquisada. A cada momento da pesquisa, essa vareta deve ser acionada pelo pesquisador para que as categorias, se relevantes, sejam iluminadas”.

Para chegar a esta etapa, foi feito um levantamento exploratório das universidades públicas que ofertam o curso de jornalismo em toda a Amazônia Oriental, que abrange os estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Amapá.

Figura 1. Universidades que ofertam os cursos de jornalismo na Amazônia Oriental



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Importante ressaltar que a Amazônia Oriental é uma subdivisão da vasta região amazônica, localizada a leste do rio Tapajós. Enquanto a Amazônia, em um sentido mais amplo, refere-se à totalidade da floresta tropical da América do Sul, a Amazônia Oriental destaca-se por suas características sociais e econômicas específicas. A escolha da Amazônia Oriental é justificada pela complexidade social e educacional, onde se enfrenta desafios relacionados a desigualdades regionais e infraestrutura educacional.

Diante deste cenário, vale destacar que estas instituições não são consideradas apenas como um espaço físico e geográfico, já que elas dão forma e podem constituir os campos de interação, entendidos como “espaço de posições e trajetórias que determinam algumas das relações e algumas das oportunidades disponíveis” (Nazário, Reino, Manfredini, 2016, p. 293)

Como explica Thompson (2011, p. 367), as instituições “estão situadas dentro de campos de interação” e são as instituições que dão forma aos campos e, nelas, se materializam as estruturas sociais. Segundo Thompson (2011), é neste espaço que é possível identificar as assimetrias, como as de gênero e raça no mundo do trabalho, assim como as diferenças individuais e coletivas de acesso e distribuição de poder. Acrescentamos a essa lista as formas de resistências também.

Em seguida, iniciou-se um processo de identificação dessas professoras, por meio dos sites das instituições de ensino públicas que possuem o curso superior de jornalismo. Foram catalogados os e-mails e realizado o convite para participar da pesquisa, preenchendo o formulário socioeconômico. As informações foram coletadas via formulário do Google Forms, enviado manualmente a professoras que atuam nos cursos de jornalismo na região Amazônica. Foram feitos três envios de convite, os dois primeiros nominais e o último em grupo, de acordo com a universidade.

O campo é composto por seis universidades, localizadas no Maranhão, Mato Grosso, Amapá e Tocantins, sendo elas: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), em Rondon, Universidade Federal do Maranhão (UFMA, campus de Imperatriz e São Luís), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade de Gurupi (Unirg), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), em Tangará da Serra, Universidade Federal do Amapá (Unifap), em Macapá e Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém. Esse recorte inclui tanto universidades de capitais, quanto do interior, o que possibilita resultados mais plurais. Foram 47 formulários respondidos, que correspondem a mais da metade das interlocutoras. Dessas respostas, cinco são da Unemat, quatro na Unifap, seis da Ufma de Imperatriz, oito de São Luís, sete da UFT, dois da Unifesp, cinco da UFPA, e três da Unirg. A quantidade e a distribuição das respostas já permitem traçar um panorama e algumas inferências, conforme veremos a seguir.

Quadro 1. Universidades públicas que ofertam o curso de jornalismo na Amazônia Oriental

Universidade	Localização	Respostas
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Rondon	0
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Imperatriz	6
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	São Luís	8
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Tocantins	7
Universidade de Gurupi (Unirg)	Gurupi	3
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)	Tangará da Serra	5
Universidade Federal do Amapá (Unifap)	Macapá	4
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Belém	5
<b>Total de formulários respondidos: 47</b>		

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Para analisar os resultados, dividimos as professoras em dois grupos: brancas e racializadas<sup>5</sup>. A proposta foi comparar os dados relativos a cada um deles. Cabe pontuar que decidimos incluir as categorias multiétnico e multirracial no formulário, além das clássicas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divididas em brancos, negros (pretos e pardos), indígenas e amarelos. Isso por entender que nem sempre essas classificações abarcam a diversidade identitária de cor, raça e etnia das Amazônias. Seguimos o pensamento de Sueli Carneiro (2004) de que o outro em imagens fixas e estereotipadas e a reserva para os racialmente hegemônicos do privilégio de serem representados em sua diversidade também é uma atitude racista. Entendo

5 Usamos essa classificação porque durante a etapa de entrevistas, aprofundamos nossa compreensão sobre as percepções das racialidades das participantes. Embora muitas tenham marcado negras no formulário, constatamos que, entre aquelas que se autodeclararam pardas, há uma crítica à limitação dessas categorias, especialmente diante da presença da ascendência indígena. Esse fenômeno ressalta a complexidade das identidades raciais e desafia as classificações convencionais adotadas nas pesquisas (Amorim, Bueno, Brito, 2024).



também que “toda identidade e classificação racial são produtos de nossa história colonial. Transgredi-las é tarefa urgente” (Editorial da Revista Cult, 2024, p. 10)<sup>6</sup>.

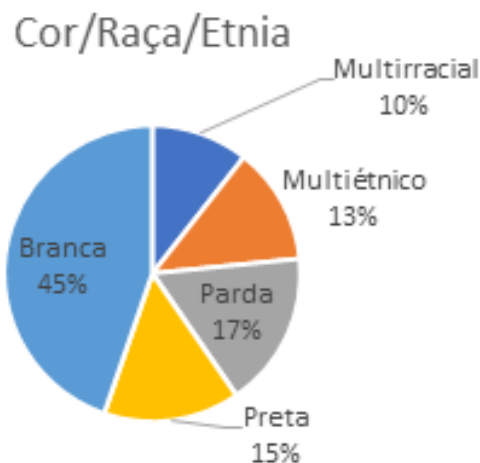
A classificação foi inspirada no último levantamento do Perfil do Jornalista Brasileiro (2021), realizado pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina. Essa preocupação surgiu a partir da própria conversa com professoras que vivem o dilema de não se reconhecerem como brancas, acreditarem na ideia de parda como uma categoria que clareia o perfil racial no Brasil, mas também não sentirem que sofrem os mesmos racismos que negras de pele escura. A ideia é que as interlocutoras se sentissem mais abarcadas com possíveis alternativas de identidade racial e étnica. Porém, para análise dos dados, a priori, seguiremos o padrão de considerar como racializadas todas as categorias que não se enquadram nas brancas.

No total, 47 professoras responderam ao questionário, entre brancas e racializadas, das 83 que compõem o quadro de docentes. Entre elas, 26 não se consideram brancas, como veremos mais detalhadamente a seguir.

## Resultados e análises

No total, as universidades mapeadas para esta pesquisa contam com 135 professores, destes são 83 mulheres.

Gráfico 1. Cor, raça e etnia das mulheres da docência em jornalismo



Fonte: Elaborado pelas autoras

Em geral, os números são indicativos de que as mulheres participam fortemente da docência em Jornalismo indicando uma feminização, que é presente também em outras áreas profissionais. Das 47 respostas, 26 não se consideram brancas. Ou seja, a maior dentre as que responderam ao questionário é racializadas, o que pode ser uma característica da área, já que em outros estudos, os dados são bastantes diferentes. Historicamente, no Brasil a educação, sobretudo o Ensino Superior, que é tanto a porta de entrada da pós-graduação, quanto o espaço de trabalho das

6 A questão racial no Brasil. Discussões sobre identidade, desigualdade racial, política de cotas, fronteiras coloniais, colorismo e autodeclaração. *Revista Cult*, ano 27, edição 307, jul. 2024.

interlocutoras deste estudo, é relativamente recente, início do século XIX, e destinava-se, então, à formação cultural e profissional dos herdeiros da elite econômica do país. Dessa forma, esse era um espaço exclusivo dos brancos e de maior poder aquisitivo (Fernandes, 2021).

Mesmo com a industrialização e com o processo de redemocratização após a ditadura militar do pós-1964 no país, o acesso continuou limitado. Somente mais recentemente, nos anos 2000, devido à mobilização dos movimentos sociais, foram criadas políticas públicas de cotas sociais e raciais e de políticas que ocasionaram a expansão das universidades, tanto públicas como privadas. Então, se por um lado, a ocupação desses espaços por essas sujeitas representa uma ruptura desse passado histórico, ainda fica a questão de a maior parte das ocupações de maior prestígio e remuneração serem ocupadas por homens brancos.

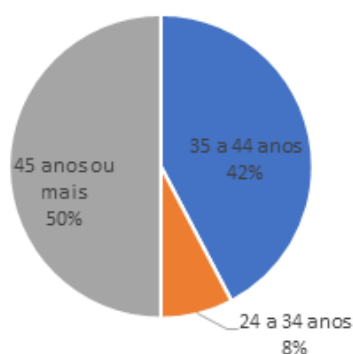
Além dessas classificações do gráfico, foram usadas amarelo e indígena, porém essas não pontuaram. Esses dados reforçam a ideia moderna e colonial de raça, que também pode se estender a etnia, na qual os povos conquistados, seus traços fenotípicos, descobertas mentais e culturais foram colocados em um lugar de subalternidade, repercutindo em lugares e papéis sociais e estruturas de poder que persistem e moldam a sociedade. Vale ressaltar que a ideia aqui não é a hierarquização de saberes, mas o questionamento da ausência desses sujeitos nas instituições de ensino, considerando que suas presenças poderiam contribuir para espaços e saberes mais plurais e diversificados.

Dessa forma, “as novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçaram-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (Quijano, 2005, p. 108). Essa articulação resultou em uma tecnologia de dominação/exploração (Quijano, 2005) eficiente, que perdura e sustenta estruturas sociais.

No geral, a maior parte das professoras está na faixa etária de mais de 45 anos, seguida de 35 a 44 anos. Essa tendência segue entre as brancas e negras, com diferença na faixa etária das mais jovens, que é maior entre as brancas, com 10%, enquanto entre as negras é de 7,7%. Embora precise de mais investigação, essa pequena variação entre as mulheres mais jovens pode indicar que negras demoram mais a chegar nessa posição.

Gráfico 2. Idade das mulheres racializadas da docência em jornalismo

### Idade das racializadas



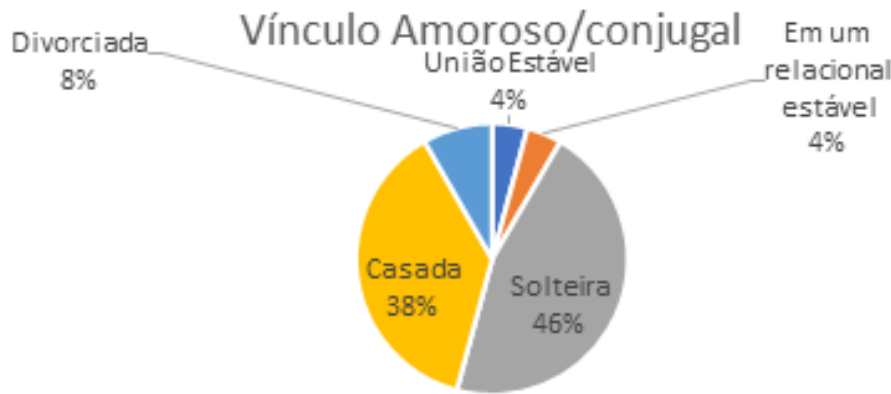
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024



Nos dois grupos, elas exercem ou já exerceram cargos de coordenação, com diferenças pequenas. Das brancas, 36,6% já exerceram e 31,6% exercem atualmente; racializadas, 32% e 24%, respectivamente. No entanto, os cargos ocupados por elas, independente da questão racial, em sua maior parte são de coordenação da pós-graduação ou da graduação e não estão em posições hierárquicas mais altas, como as de reitoria ou pró-reitoras, por exemplo, o que pode ser em função das dificuldades das professoras de chegarem a esses cargos de maior poder. Este dado ratifica o estudo de Alvarenga, Silva e Wenetz (2022) na UFES e aponta indícios de que se trata de uma prática nacional na carreira das mulheres docentes.

Em relação ao vínculo amoroso conjugal, as brancas são em sua maioria casadas (60%), seguidas das solteiras (15%), divorciadas (15%) e namorando (10%). Já as negras são majoritariamente solteiras (44%), seguidas das casadas (40%), porém entre elas há outros vínculos de relacionamento: união estável ou relacionamento estável (4% cada). Esses dados sugerem que o casamento parece ter um papel mais proeminente entre as brancas, já que este é o principal vínculo amoroso entre elas.

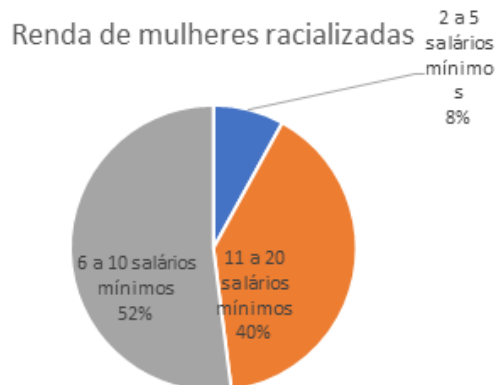
Gráfico 3. Vínculo amoroso das mulheres racializadas da docência em jornalismo.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Em relação à renda, as racializadas possuem salários maiores. Enquanto 30% das brancas recebem de 11 a 20 salários-mínimos, elas são 40% na mesma faixa salarial. Estão em menor número, 8% mais precisamente, nos valores mais baixos, que vão de 2 a 5 salários-mínimos, contra 10% das não negras.

Gráfico 4. Renda das racializadas da docência em jornalismo

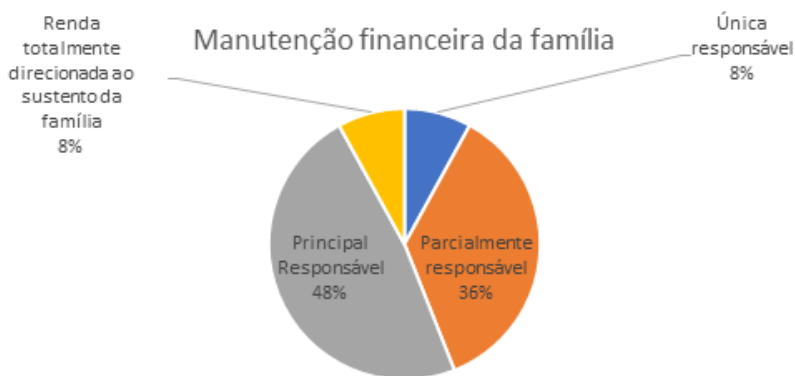


Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Essas informações mostram que a universidade pode ser um espaço de maior equidade salarial entre as mulheres. Porém, embora as racializadas ganhem mais, 8% delas são as únicas responsáveis pelo sustento da família, 48% são as principais responsáveis e 36% contribuem parcialmente nesse sustento. Das brancas, 40% são as principais responsáveis e 45% contribuem parcialmente. As diferentes porcentagens de mulheres racializadas e brancas como únicas responsáveis podem refletir a diversidade nas estruturas familiares, incluindo arranjos monoparentais ou com diferentes configurações de membros da família. No geral, os percentuais são semelhantes e indicam que as mulheres têm sido, em muitos casos, as principais provedoras do sustento familiar.

Esses dados são instigantes porque, em ambos os grupos, elas não são as primeiras a ter acesso à universidade (46% no geral, 45% entre as brancas e 52% entre as racializadas). Em teoria, com mais pessoas qualificadas profissionalmente na família, essa divisão de manutenção financeira deveria ser mais simétrica, o que não acontece na prática entre as professoras de jornalismo na Amazônia.

Gráfico 5. Manutenção da família entre mulheres racializadas da docência em jornalismo.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Em relação à quantidade de pessoas na família, a diferença mais significativa é para as mulheres que vivem sozinhas: 16% das racializadas contra 30% das brancas. Outra diferença marcante é que 8% das negras moram com quatro a sete pessoas enquanto essa faixa etária não pontuou entre as brancas. Já em relação às que vivem com uma a três pessoas, o número é de 76% para negras e 70% para as brancas.

Gráfico 6. Quantidade de pessoas da família de mulheres racializadas na docência em jornalismo.

### Quantas pessoas moram com você?



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Entre os possíveis motivos, pode ser que as racializadas estejam enfrentando desafios socioeconômicos mais significativos, o que pode impactar o tamanho da família. Se cruzarmos a informação dos gráficos anteriores - em que 8% das racializadas são as únicas responsáveis pelo sustento da família, enquanto nessa faixa entre as brancas o percentual é de 5%, ao mesmo tempo que 8% das negras vivem com quatro a sete pessoas e entre as brancas essa quantidade de pessoas nem pontuou - isso pode ficar mais evidente.

A pesquisa aponta ainda que a maternidade é uma realidade entre as racializadas: 68% são mães, sendo que 58% delas tiveram filhos depois de ingressar na pós-graduação. Já entre as brancas 45% são mães e 30% tiveram filhos depois da pós-graduação. É necessário entender melhor as escolhas reprodutivas, porém o alto número de mulheres racializadas terem optado pela maternidade após a pós-graduação pode indicar a possibilidade de mais equilíbrio entre carreira acadêmica e vida familiar. Isso porque, nos dois grupos de mulheres, elas são majoritariamente funcionárias efetivas (86%, no geral), o que pode significar escolhas reprodutivas mais conscientes, como a decisão de planejar a maternidade ou mesmo optar por não a exercer.

Gráfico 7. Maternidade entre mulheres racializadas na docência em jornalismo

### Caso sim, se tornou mãe antes ou depois de ingressar na academia



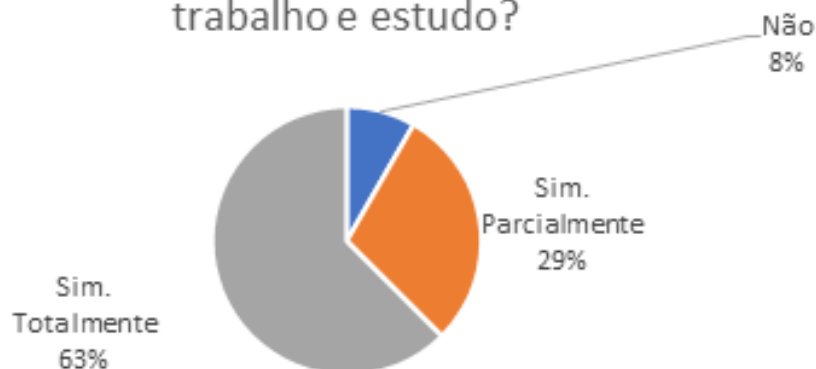
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Em relação à carga horária de trabalho, ambos os grupos trabalham 40 horas semanais ou mais. Elas também afirmam que trabalham mais horas do que o previsto no contrato: 62,5% das negras trabalham a mais e 33,33% delas disseram que a carga horária corresponde à trabalhada é a prevista no contrato. Entre as brancas, esse número é de 57,9% e 42,1% respectivamente.

A maior parte das mulheres, independente da questão racial, foi bolsista durante a trajetória estudantil. A diferença maior é quando se trata da necessidade conciliar outras atividades remuneradas com as bolsas. Entre as brancas, 45% delas precisaram trabalhar durante todo percurso enquanto estudante totalmente, 50% em uma parte e 5% não precisaram trabalhar. Entre as racializadas, 62,5% exerceram atividades remuneradas além da acadêmica, 29,2% parcialmente e 8% não precisaram. Essa diferença, sobretudo no índice das que precisaram conciliar trabalho e estudo, mostra que o percurso até chegar na docência não é linear.

Gráfico 8. Conciliação entre trabalho e estudo

Em algum momento precisou conciliar trabalho e estudo?



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Em resumo, a diferença entre racializadas e brancas é pequena na maior parte das categorias, o que pode indicar que as diferenças socioeconômicas são menores quando elas alcançam a docência. No entanto, ainda é preciso entender melhor tanto essas desigualdades, quanto outras, como questões relacionadas ao exercício da função. Alguns números chamam bastante atenção, principalmente os relacionados aos arranjos familiares, em que as diferenças foram mais marcantes: entre as brancas 5% são as únicas responsáveis pelo sustento da família, 30% vivem só. Enquanto entre as racializadas 12% são as únicas responsáveis pelo sustento da família e 16% vivem só. Além disso, 8% das racializadas moram com 4 a 7 pessoas, já entre as brancas, esse número nem pontuou.

Essa simetria nos dados socioeconômicos pode ser resultado das “regras e normas burocráticas que não admitem diferenciação entre indivíduos de sexos diferentes. Essa situação é compartilhada, claro, por todas as universidades públicas” (Moschkovich, Almeida, 2015, p. 772). No entanto, ainda é preciso investigar mais profundamente as violências simbólicas que marcam a trajetória dessas profissionais, bem como entender as hierarquias e centralidades no fazer docente, já que a universidade é um campo social e como tal pode refletir estruturas mais gerais da sociedade.

## Considerações finais

Os dados socioeconômicos obtidos nesta fase inicial da pesquisa, embora ainda precise de uma escuta atenta, já proporcionam algumas inferências tanto de conquistas significativas, quanto desafios enfrentados pelas mulheres na docência em jornalismo na região da Amazônia Oriental. Dos 135 professores que compõem o quadro de profissionais, 83 são mulheres. Neste estudo, contamos com a participação de 47 interlocutoras, delas 26 não se consideram brancas. Ou seja, a maior parte dos profissionais são mulheres e são racializadas. Embora não deixe de ser uma conquista histórica, considerando que a educação é uma das formas de ascensão social, esses

números podem ser uma realidade específica da área, já que em outros estudos, os dados são bastantes diferentes. Cabe pontuar que não foram identificadas mulheres amarelas ou indígena.

No geral, as diferenças socioeconômicas entre brancas e racializadas são pequenas e estão mais relacionadas à trajetória para chegar à pós-graduação ou à realidade fora do mercado. Por exemplo, em relação aos salários, as racializadas possuem os mais altos e estão em menor quantidade entre as mulheres que recebem menos, o que poderia até ser um indicativo positivo. No entanto, quando se trata de responsabilidade exclusiva pelo sustento da família elas são maioria, o que aponta para a reprodução de barreiras sistemáticas que podem acarretar diferenças socioeconômicas.

Ainda sobre questões familiares, identificamos que há uma diferença entre brancas e racializadas, tanto em relação à quantidade de mulheres mães, quanto ao momento em que a maternidade se efetivou para elas. Entre as racializadas, 68% são mães e 58% delas tiveram filhos depois de ingressar na pós-graduação. Entre as brancas esses números são 45% e 30%, respectivamente. Embora seja necessário ouvir as interlocutoras para entender melhor, esses números podem indicar a situação em que o vínculo empregatício de maior segurança foi um fator importante. Tivemos esse entendimento porque, nos dois grupos, elas são majoritariamente funcionárias efetivas (86%, no geral), o que pode significar escolhas reprodutivas mais conscientes.

Em suma, embora esses dados necessitem de aprofundamento e de outros elementos para uma análise mais consistente, já é possível identificar a importância de um estudo com ferramentas interseccionais para entender melhor a experiência das mulheres racializadas na docência em jornalismo.

## Referências

ALVARENGA, E.; SILVA, E. M. da; WENETZ, I. A representatividade feminina e o exercício da docência no ensino superior. *Interseções*, v. 23, n. 3, p. 577-600, 2022.

ALMEIDA, S. L. de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMORIM, J. L. de; SEIXAS BRITO, R. de; BUENO, T. Me falta um ou dois tons de melanina ou a minha é suficiente? Narrativas de mulheres na Amazônia e o entrelugar pardas e das pretas de pele clara. *22º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, Universidade Federal do Pará – Belém (PA), novembro de 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2024/trabalhos/me-falta-um-ou-dois-tons-de-melanina-ou-a-minha-e-suficiente-narrativas-de-mulhe?lang=pt-br>. Acesso em fev. 2025.

BORI; ELSEVIER. Em direção à equidade de gênero na pesquisa no Brasil: relatório. Disponível em: [https://abori.com.br/wp-content/uploads/2024/03/ESLEVIER\\_BORI\\_gender-website-word-file-20240318-20240528.pdf](https://abori.com.br/wp-content/uploads/2024/03/ESLEVIER_BORI_gender-website-word-file-20240318-20240528.pdf). Acesso em: 26 set. 2024.

CARNEIRO, S. Negros de pele clara. *Portal Geledés: Instituto da Mulher Negra*, 29 maio 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CRENSHAW, K. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Tradução de Carol Correia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-eviolencia-contramulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

- CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em comunicação. *E-Compós*, 2020.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, M. O. L. da S. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Estudos Feministas*, 1994.
- FAVRET-SAADA, J. Être Affecté. *Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie*, n. 8, 1990.
- FRANÇA, V. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: HOLLANDA, H. B. (Ed.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 61-88.
- FERNANDES, C. M. *Desigualdades raciais e de gênero na educação superior no Brasil*. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- GHEDIN, E. Hermenêutica e pesquisa em educação: caminhos da investigação interpretativa. In: *Anais do II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos*. 2. ed., Universidade Sagrado Coração: Bauru, São Paulo, 2004. p. 1-14.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *CADERNOS Pagu*, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 5 set. 2024.
- LONGHINI, G. D. N. *Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude*. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- MORAES, A.; FARIAS, P. S. Na academia. In: HOLLANDA, H. B. (Ed.). *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 1-20.
- NAZÁRIO, H. R.; REINO, L. da S. S.; MANFREDINI, R. Hermenêutica de profundidade e suas aplicações. *Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação*, v. 10, n. 2, p. 288-305, 2016. ISSN 1981-9943.
- PEDROSA, R. H. L. et al. Access to higher education in Brazil. *Widening Participation and Lifelong Learning*, v. 16, n. 1, p. 1-20, 2014.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, H. B. (Ed.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 352-367.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SOUZA, N. S. *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- TAVARES, C. Q. et al. Comunicação e gênero como área de pesquisa: características e desenvolvimento dos estudos a partir da análise bibliométrica. *Intercom - RBCC*, v. 44, n. 3, p. 83-102, 2021.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2011.